



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL

CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 001/1998

PRIMEIRA ETAPA
PROVA OBJETIVA

Órgão Executor:

FAURGS

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO ▶

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE
DELEGADO DE POLÍCIA
EDITAL Nº 001/1998

**INSTRUÇÕES SOBRE A PROVA DA
PRIMEIRA ETAPA**

1. Este CADERNO DE PROVA consta de cem questões objetivas, assim distribuídas: Língua Portuguesa – vinte questões; Parte Geral do Código Civil – dez questões; Direito da Criança e do Adolescente – dez questões; Legislação Estatutária – dez questões; Código de Defesa do Consumidor – dez questões; Direito Penal – dez questões; Direito Constitucional – dez questões; Direito Processual Penal – dez questões; e Direito Administrativo – dez questões.
2. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua.
3. Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, nem o uso de réguas, calculadoras, telefones celulares, "pagers", ou qualquer outro tipo de equipamento eletrônico.
4. Durante a prova, o(a) candidato(a) não deve levantar-se, sem autorização prévia do fiscal, nem comunicar-se com outros(as) candidatos(as).
5. A duração da prova é de cinco horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS. Ao final deste prazo, a Folha de Respostas será imediatamente recolhida.
6. Para cada questão objetiva existe apenas uma alternativa correta.
7. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do(a) candidato(a).

**DIVULGAÇÃO DO GABARITO DA PROVA OBJETIVA E DO RESULTADO DAS PROVAS
DA PRIMEIRA ETAPA E PRAZO PARA RECURSOS:**

- 07/04/98** - Publicação do Edital com o gabarito da prova objetiva e os resultados da Primeira Etapa.
- 08, 09 e 13/04/98** - Prazo de recursos - em formulário próprio, que deverá ser retirado na sala da FAURGS, no Prédio 12109 - Anexo II da Reitoria - Rua Luís Englert, s/nº - Campus Centro da UFRGS, em Porto Alegre - RS, no horário das 9h às 18h, onde também deverá ser entregue o pedido de recurso.

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões de número 01 a 09 referem-se ao texto abaixo.

01. Estudo recente patrocinado pela UNESCO
02. sobre a violência na mundial, junto
03. 5.000 crianças de 12 anos em todo o mundo,
04. mostra indicadores inquietantes sobre o perfil das
05. preferências desse público.
06. Um dos dados mais significativos talvez seja o
07. que diz respeito aos personagens de ficção mais
08. populares entre os entrevistados. Oitenta e oito
09. por cento dos meninos já conhecem o truculento
10. robô interpretado pelo Arnold
11. Schwarzenegger nos filmes "O Exterminador do
12. Futuro" e "O Exterminador do Futuro 2". No
13. primeiro, o personagem vilão faz uma viagem "do
14. futuro para o presente", para matar a mãe do
15. líder humano da resistência às máquinas. No
16. segundo, a excursão é do presente para o futuro
17. e o "exterminador" vem salvar esse mesmo líder
18. quando criança. O ingrediente comum duas
19. narrativas é a truculência, instrumentalizada pela
20. força física e pelas armas de precisão
21. inigualável.
22. Esse tipo de constatação inevitavelmente
23. conduz complexa questão sobre a
24. necessidade de se ter algum controle sobre o
25. que as crianças na televisão. E o
26. consenso em torno de alguma resposta parece
27. ainda muito distante. Para uns, comportamentos
28. violentos podem ser incentivados pelos meios de
29. comunicação. Para outros, a violência na ficção
30. apenas reflete o que já se encontra no cotidiano
31. das sociedades.
32. Distanciando-se dessa dicotomia talvez algo
33. simplista, é possível afirmar que o combate à
34. violência nos meios de comunicação
35. (consequência ou causa de comportamentos
36. insociáveis) talvez não devesse concentrar-se
37. apenas nestes. O prioritário seria apresentar às
38. crianças formas de entretenimento que, por sua
39. própria qualidade, oferecessem alternativas mais
40. saudáveis que a linguagem da violência,
41. infelizmente hegemônica. Trata-se de apostar na
42. educação como fator preventivo, e não em
43. formas menos ou mais sofisticadas de censura,
44. antidemocráticas e, ademais, ineficientes.
- O Exterminador do Futuro. **Folha de São Paulo**, 21 de fevereiro de 1998, p.1-2.

01. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas **pontilhadas** nas linhas 02, 18 e 23 do texto, respectivamente.

(A) a - as - à
(B) a - às - à
(C) a - às - a
(D) à - as - a
(E) à - às - à

02. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas marcadas por **traços contínuos** nas linhas 02, 10 e 25 do texto, respectivamente.

(A) mídia - anabolizado - vêem
(B) mídia - anabolizado - veem
(C) mídia - anabolizado - veem
(D) mídia - anabolizado - vêem
(E) mídia - anabolizado - vêm

03. Considere as seguintes sugestões de alteração para algumas frases do texto.

- I - A frase que começa com *Um dos dados* (linha 06) poderia ser reescrita da seguinte forma: *O dado que diz respeito aos personagens de ficção mais populares entre os entrevistados talvez seja um dos mais significativos.*
- II - As expressões *No primeiro* (linhas 12 e 13) e *No segundo* (linhas 15 e 16) poderiam aparecer no final de suas respectivas frases.
- III - A frase que começa com *O prioritário* (linha 37) poderia ser alterada para *Apresentar às crianças formas de entretenimento que, por sua própria qualidade, oferecessem alternativas mais saudáveis que a linguagem da violência hegemônica, infelizmente, seria o prioritário.*

Em que alternativa(s) há alteração do significado original da frase no texto?

(A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e III
(E) I, II e III

04. Na coluna da esquerda, são apresentadas algumas justificativas para o uso de sinais de pontuação. Na coluna da direita, são citados alguns sinais de pontuação utilizados no texto.

- | | |
|--|-------------------------|
| 1. Marca a supressão de um elemento da oração. | () Vírgula na linha 13 |
| 2. Separa um adjunto adverbial deslocado. | () Vírgula na linha 19 |
| 3. Separa uma oração reduzida. | () Vírgula na linha 33 |
| 4. Separa elementos cuja função sintática é a mesma. | |
| 5. Separa orações coordenadas. | |
| 6. Isola um termo de valor explicativo na oração. | |

Assinale a alternativa que apresenta a correlação correta entre sinais de pontuação e justificativas para seu emprego.

- (A) 2 – 6 – 5
(B) 2 – 6 – 3
(C) 4 – 1 – 3
(D) 4 – 5 – 2
(E) 6 – 1 – 2

05. Assinale a afirmativa em que se faz uma afirmação **INCORRETA** acerca da sequência ...antidemocráticas e, ademais, ineficientes (linha 44).

- (A) O uso de plural nas palavras *antidemocráticas* e *ineficientes* deve-se à concordância com o substantivo *formas* (linha 43), núcleo desta construção nominal.
- (B) As vírgulas antes e depois de *ademais* separam um elemento intercalado na estrutura coordenada pela conjunção *e*.
- (C) A palavra *ademais* poderia ser substituída por *sobretudo*, sem que houvesse alteração do significado da frase.
- (D) A vírgula empregada antes da palavra *antidemocráticas* torna não-restritiva a relação entre a sequência e o trecho que a antecede.
- (E) As palavras *antidemocráticas* e *ineficientes* são derivadas a partir de outras palavras do português, com uso de prefixo.

06. Considere as seguintes afirmações sobre possíveis substituições no texto.

- I - Caso a palavra *comportamentos* (linha 27) fosse substituída por *um comportamento*, três **outras** palavras da frase em questão deveriam sofrer ajustes para fins de concordância.
- II - Caso a palavra *combate* (linha 33) fosse substituída por *diferentes formas de combate*, três **outras** palavras da frase deveriam sofrer ajustes obrigatórios para fins de concordância.
- III - Caso a expressão *o combate* (linha 33) fosse substituída por *as críticas*, as condições para o emprego da frase seriam alteradas no contexto desta oração.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I
(B) Apenas II
(C) Apenas III
(D) Apenas I e III
(E) I, II e III

07. Assinale a alternativa que faz uma afirmação correta com relação a alguns advérbios utilizados no texto.

- (A) Na linha 22, o significado da frase seria mantido caso o advérbio *inevitavelmente* fosse omitido e a frase tivesse seu início alterado para *Pode-se evitar que esse tipo de constatação conduza...*
- (B) O advérbio *inevitavelmente* (linha 22) poderia aparecer depois de *ter* (linha 24), sem que houvesse alteração no significado da frase.
- (C) O advérbio *inevitavelmente* (linha 22) poderia ser substituído por *realmente*, sem que houvesse alteração no significado da frase.
- (D) O advérbio *infelizmente* (linha 41) poderia aparecer depois de *hegemônica*, sem que qualquer outra alteração fosse feita na forma escrita da frase.
- (E) O advérbio *infelizmente* (linha 41) poderia ser substituído por *lamentavelmente*, sem que houvesse alteração no significado básico da frase.

08. Considere as seguintes afirmações sobre a relação entre escrita e fala no que toca a algumas palavras do texto.

- I - Na maior parte das variedades de fala do português do Brasil, as palavras *ficção* (linha 07) e *significativos* (linha 06) têm um número de sílabas maior do que aquele que aparece em sua forma escrita.
- II - Em algumas variedades do português falado no Brasil, o encontro consonantal presente na palavra *entreter*, da qual se origina *entretenimento* (linha 38), é alterado através da reordenação da pronúncia de dois fonemas, processo que também se verifica em palavras como *prateleira*.
- III - O uso de trema na palavra *consequência* (linha 35) indica que a pronúncia do *que* nesse contexto assemelha-se à da palavra *qualidade* (linha 39), diferindo daquela da palavra *questão* (linha 23).

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e II
- (E) I, II e III

09. Assinale a alternativa que indica corretamente o significado da expressão *dessa dicotomia* (linha 32) no texto.

- (A) constatação inquietante de que os personagens mais violentos são os de presença mais disseminada na programação infantil
- (B) discordância com relação ao papel da programação oferecida pelos meios de comunicação, se estimuladora da violência ou simples reflexo dela
- (C) complexidade da questão relativa ao controle da programação infantil na televisão
- (D) divisão nítida entre o bem e o mal representada pelo papel do exterminador nos dois filmes citados no segundo parágrafo
- (E) disparidade dos dois caminhos de combate à violência sugeridos — censura e educação preventiva

Instrução: As questões de número 10 a 20 referem-se ao texto abaixo.

- 01. Onde prevaleça uma forma qualquer de moral
 - 02. do trabalho, dificilmente faltarão a ordem e a
 - 03. tranquilidade entre os cidadãos, porque são
 - 04. necessárias, uma e outra, a harmonia dos
 - 05. interesses. O certo é que, entre espanhóis e
 - 06. portugueses, a moral do trabalho representou
 - 07. sempre fruto exótico. Não admira que fossem
 - 08. precárias, nessa gente, as idéias de
 - 09. solidariedade.
 - 10. A bem dizer, essa solidariedade, entre eles,
 - 11. existe somente onde há vinculação de
 - 12. sentimentos mais do que relações de interesse
 - 13. — no recinto doméstico ou entre amigos, círculos
 - 14. forçosamente restritos, particularistas e antes
 - 15. inimigos que favorecedores das associações
 - 16. estabelecidas sobre plano mais vasto, gremial ou
 - 17. nacional.
 - 18. À autarquia do indivíduo, à exaltação extrema
 - 19. da personalidade, paixão fundamental e que não
 - 20. tolera compromissos, só pode haver uma
 - 21. alternativa: a renúncia a essa mesma
 - 22. personalidade em vista de um bem maior. Por
 - 23. isso que, rara e difícil, a obediência aparece
 - 24. algumas vezes, para os povos ibéricos, como
 - 25. virtude suprema entre todas. E não é estranhável
 - 26. que essa obediência — obediência cega, e que
 - 27. difere fundamente dos princípios medievais e
 - 28. feudais de lealdade — tenha sido até agora, para
 - 29. eles, o único princípio político verdadeiramente
 - 30. forte. A vontade de mandar e a disposição para
 - 31. cumprir ordens são-lhes igualmente peculiares.
 - 32. As ditaduras e o Santo Ofício parecem constituir
 - 33. formas tão típicas de seu caráter como a
 - 34. inclinação à anarquia e à desordem. Não existe,
 - 35. a seu ver, outra sorte de disciplina perfeitamente
 - 36. concebível, além da que se funde na excessiva
 - 37. centralização do poder e na obediência.
 - 38. Foram ainda os jesuítas que representaram,
 - 39. melhor do que ninguém, esse princípio da
 - 40. disciplina pela obediência. Mesmo em nossa
 - 41. América do Sul, deixaram disso exemplo
 - 42. memorável com suas reduções e doutrinas.
 - 43. Nenhuma tirania moderna, nenhum teórico da
 - 44. ditadura do proletariado ou do Estado totalitário,
 - 45. chegou sequer a vislumbrar a possibilidade
 - 46. desse prodígio de racionalização que
 - 47. conseguiram os padres da Companhia de Jesus
 - 48. em suas missões.
 - 49. Hoje, a simples obediência como princípio de
 - 50. disciplina parece uma fórmula caduca e
 - 51. impraticável e daí, sobretudo, a instabilidade
 - 52. constante de nossa vida social. Desaparecida a
 - 53. possibilidade desse freio, é em vão que temos
 - 54. procurado importar dos sistemas de outros povos
 - 55. modernos, ou criar por conta própria, um
 - 56. sucedâneo adequado, capaz de superar os
 - 57. efeitos de nosso natural inquieto e desordenado.
- Holanda, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p.39-40.

10. Assinale a alternativa que sugere sinônimos adequados para as palavras *precárias* (linha 08), *caduca* (linha 50) e *sucedâneo* (linha 56), respectivamente, considerando o contexto em que aparecem.

- (A) deturpadas – desequilibrada – substituto
- (B) deturpadas – ultrapassada – herdeiro
- (C) escassas – desequilibrada – herdeiro
- (D) escassas – desequilibrada – substituto
- (E) escassas – ultrapassada – substituto

11. Assinale a alternativa que faz uma afirmação correta quanto ao emprego da crase no texto.

- (A) A substituição de *necessárias* (linha 04) por *indispensáveis* alteraria as condições para o emprego da crase no contexto da oração.
- (B) A supressão de *essa mesma* (linha 21) criaria, no contexto da oração, as condições para o emprego da crase.
- (C) A substituição de *em vista* (linha 22) por *com vistas* criaria, no contexto da oração, as condições para o emprego da crase.
- (D) A substituição de *inclinação* (linha 34) por *tendência* alteraria as condições para o emprego da crase no contexto da oração.
- (E) A substituição de *e daí* (linha 51) por *originando* criaria, no contexto da oração, as condições para o emprego da crase.

12. Assinale a alternativa que estabelece uma relação correta entre um elemento do texto e a palavra ou expressão a que ele se refere.

- (A) *nessa gente* (linha 08) – portugueses (linha 06)
- (B) *eles* (linha 10) – os interesses (linhas 04 - 05)
- (C) *lhes* (linha 31) – os povos ibéricos (linha 24)
- (D) *seu* (linha 33) – ditaduras (linha 32)
- (E) *suas* (linha 42) – nossa América do Sul (linhas 40 - 41)

13. Quantas outras palavras do quarto parágrafo deveriam sofrer ajustes obrigatórios para fins de concordância caso *os jesuitas* (linha 38) fosse substituído por *o jesuíta*?

- (A) Três
- (B) Quatro
- (C) Cinco
- (D) Seis
- (E) Sete

14. Considere as seguintes afirmações sobre algumas formas verbais utilizadas no texto.

- I - A forma verbal *prevaleça* (linha 01) permite que se interprete a oração em que se insere como um equivalente de *onde quer que prevaleça*...
- II - O verbo *prevalecer* (linha 01) poderia aparecer no modo indicativo, sem que se incorresse em erro.
- III - A forma verbal *prevaleça* (linha 01) está conjugada no mesmo modo verbal que *tenha sido* (linha 28).

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) I, II e III

15. Assinale a alternativa que sugere a substituição de uma palavra do texto por um equivalente adequado ao contexto em questão.

- (A) harmonia (linha 04) – placidez
- (B) forçosamente (linha 14) – fortemente
- (C) autarquia (linha 18) – autonomia
- (D) peculiares (linha 31) – características
- (E) vislumbrar (linha 45) – predizer

16. Considere as seguintes afirmações sobre a estrutura de algumas palavras do texto.

- I - As palavras *gremial* (linha 16), *medievais* (linha 27) e *feudais* (linha 28) apresentam o mesmo sufixo.
- II - As palavras *vinculação* (linha 11), *relações* (linha 12) e *centralização* (linha 37) apresentam o mesmo sufixo.
- III - As palavras *desaparecida* (linha 52) e *desordenado* (linha 57) apresentam prefixo cujo significado é equivalente ao do advérbio *não*.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas I e III
- (E) Apenas II e III

17. Assinale a alternativa que faz uma afirmação correta acerca da pontuação do texto.

- (A) A segunda vírgula da linha 08 poderia ser substituída por dois-pontos, sem que se incorresse em erro.
- (B) O travessão da linha 13 poderia ser substituído por ponto-e-vírgula, sem que se incorresse em erro.
- (C) A palavra *antes* (linha 14) poderia aparecer separada por vírgulas, sem que se incorresse em erro.
- (D) Os travessões das linhas 26 e 28 poderiam ser substituídos por vírgulas, sem que se incorresse em erro.
- (E) Uma vírgula poderia ser acrescentada antes da palavra *que* na linha 38, sem que se incorresse em erro.

18. Assinale a única alternativa que apresenta uma palavra que poderia substituir o nexos *por isso que* (linhas 22 - 23), sem acarretar alteração no significado da frase.

- (A) porque
- (B) posto que
- (C) em virtude disso
- (D) conquanto
- (E) na medida em que

19. Considere as seguintes possibilidades de reescrita de passagens ou frases do texto.

- I - A simples obediência como princípio de disciplina parece, hoje, uma fórmula caduca e impraticável e daí a instabilidade constante sobretudo de nossa vida social (linhas 49 - 52).
- II - Entre eles, essa solidariedade existe, a bem dizer, somente onde há vinculação de sentimentos mais do que relações de interesse... (linha 10 - 12).
- III - O certo é que a moral do trabalho representou sempre fruto exótico entre espanhóis e portugueses (linhas 05 - 07).

Em que alternativa(s) há alteração do significado original do trecho no texto?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

20. Considere as seguintes afirmações acerca da frase que começa na linha 18 e vai até a linha 22.

- I - A frase está em sua ordem direta.
- II - Uma das condições para o emprego de crase que se verifica na frase é a regência da palavra *alternativa*.
- III - O trecho *só pode haver uma alternativa* poderia ser reescrito como *não pode haver senão uma alternativa*, conservando seu significado original.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas I e II
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL

21. Determinado cidadão estrangeiro adquire, por compra, um imóvel residencial de propriedade de um órgão público. Ao levar a registro a respectiva escritura de compra e venda, é informado no Ofício do Registro de Imóveis que não poderá ser feito o registro, eis que, por ele ser estrangeiro não poderia ser proprietário de imóvel alienado por ente público.

Através da ação própria, a matéria é submetida ao Judiciário, que

- (A) decidirá favoravelmente ao comprador, pois a lei civil brasileira não faz distinção entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição de direitos, sem quaisquer restrições.
- (B) acolherá a pretensão do comprador, pois a lei civil brasileira, regra geral, não faz distinção entre nacionais e estrangeiros quanto à aquisição de direitos, salvo restrições estabelecidas em leis especiais.
- (C) pronunciar-se-á contra a pretensão do comprador, pois, efetivamente, o Código Civil Brasileiro veda a estrangeiro a aquisição de bens imóveis localizados no território nacional.
- (D) pronunciar-se-á contra a pretensão do comprador, pois este deveria solicitar e receber prévia autorização do Presidente da República para a prática do negócio jurídico em causa.
- (E) pronunciar-se-á contra a pretensão do comprador, pois este deveria juntar à escritura documento comprobatório da vigência de acordo de reciprocidade, quanto à matéria em foco, com o seu país de origem.

22. Determinado servidor público, nessa qualidade, ao executar tarefa inerente ao cargo que ocupa, causa danos materiais a terceiro.

No que respeita à responsabilidade civil resultante do fato acima narrado, pode-se afirmar que

- (A) em casos como o presente, a responsabilidade é solidária entre o servidor e o ente público.
- (B) a pessoa jurídica de direito público à qual está vinculado o servidor em questão não será responsabilizada por eventual indenização reparatória do dano causado, sendo responsável unicamente o agente causador do dano.
- (C) a pessoa jurídica de direito público à qual está vinculado o servidor em questão será responsabilizada por eventual indenização reparatória do dano causado, assegurada, se for o caso, ação de regresso contra o agente causador do dano.
- (D) a responsabilidade é unicamente do servidor, caso provado haver ele agido com dolo.
- (E) a pessoa jurídica de direito público à qual está vinculado o servidor em questão será responsabilizada por eventual indenização reparatória do dano causado, descabendo qualquer ação de regresso contra o agente causador do dano.

23. À exceção das fundações de previdência privada, por força da Lei 6.435/77, pode-se afirmar que a curadoria das fundações em geral cabe

- (A) unicamente ao Ministério Público Federal.
- (B) unicamente ao Ministério Público do Estado em que se localiza a sua sede, mesmo que atuantes em mais de um Estado.
- (C) ao Ministério Público Federal, quando atuantes no Distrito Federal, e ao Ministério Público Estadual, nos respectivos Estados em que atuam.
- (D) ao Ministério Público do Estado em que se localiza a sede e, se atuantes em mais de um Estado, ao Ministério Público respectivo de cada Estado.
- (E) ao Ministério Público do Estado em que se localiza a sede e, se atuantes em mais de um Estado, ao Ministério Público Federal nos demais Estados.

24. Comprovadamente, em função de sua atividade empresarial, determinado cidadão possui residências nas cidades de Porto Alegre e Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul. Ele é proprietário de uma loja de eletrodomésticos com sede em Porto Alegre e uma filial em Santa Maria. Em consequência de haver emitido, em Santa Maria, um cheque para pagamento de uma conta pessoal, sem a suficiente provisão de fundos, foi citado judicialmente em uma ação de cobrança na Comarca de Santa Maria. Em sua defesa, preliminarmente, alega a nulidade da citação, sob o fundamento de que mantém residência com sua família em Porto Alegre - e que a residência que mantém em Santa Maria, embora em caráter permanente, existe apenas por necessidade de sua atividade profissional -, ali encontra-se domiciliado e, portanto, ali deveria ser citado.

Considerando os fatos acima descritos, e sob o enfoque apenas do domicílio do réu, é correto afirmar que a sua alegação

- (A) é procedente, eis que, pelo fato de ele ser comerciante, deverá sempre ser demandado na comarca da sede da sua empresa.
- (B) é correta, pois o ordenamento jurídico brasileiro considera domicílio o local em que o cidadão reside com sua família.
- (C) não tem procedência, eis que o sistema jurídico brasileiro, em especial a lei civil, admite a pluralidade de domicílios, podendo a pessoa ser demandada em qualquer lugar de ocupação habitual.
- (D) é improcedente, porque no sistema jurídico brasileiro não é o local de residência da família que determina o domicílio do réu.
- (E) é improcedente, pelo fato de o cheque haver sido emitido em Santa Maria.

25. Determinado cidadão adquire em uma loja de arte um quadro pintado por um artista de renome internacional. Paga pela obra adquirida, e a loja assume o compromisso de entregá-la na residência do comprador. Em consequência de um engano cometido por um funcionário da loja, o quadro é vendido e prontamente entregue a outra pessoa. Para reparar o erro, o dono da loja manda entregar ao primeiro comprador outro quadro, do mesmo artista, inclusive de valor superior ao originalmente adquirido. O comprador não aceita a obra que lhe foi enviada, ao tempo em que move ação judicial, buscando a devolução do que havia pago, eis que a loja recusa-se a receber a obra que mandou entregar, além de negar-se a devolver a quantia paga pelo comprador.

Considerando-se os fatos narrados e analisando-se o caso sob o prisma da classe dos bens em questão, pode-se afirmar que a ação será julgada

- (A) procedente, pelo fato de o bem adquirido pelo autor ser classificado como infungível.
- (B) improcedente, pelo fato de o bem adquirido pelo autor ser classificado como fungível.
- (C) improcedente, uma vez que o bem, por ser móvel, é suscetível de substituição por um semelhante.
- (D) procedente, pois o quadro, ao ser colocado na parede do imóvel onde permanecerá, automaticamente passará à categoria de imóvel, não podendo ser substituído por outro, mesmo que de maior valor.
- (E) improcedente, pelo fato de o quadro oferecido em substituição, ser de maior valor, não podendo o comprador recusar-se a aceitá-lo.

26. São bens públicos de uso comum do povo, de uso especial e dominicais, respectivamente:

- (A) qualquer lago; qualquer cascata; qualquer mina de ouro.
- (B) um rio; uma praia particular; uma agência de um banco estadual.
- (C) o saguão do prédio da agência central dos Correios e Telégrafos; uma praça, como o Parque da Redenção, em Porto Alegre; um prédio, como a Usina do Gasômetro, em Porto Alegre.
- (D) a área de atendimento ao público em uma delegacia de polícia; o prédio de uma delegacia de polícia, mesmo que alugado de um particular; uma igreja destinada a cultos dominicais.
- (E) uma praia; o prédio de propriedade de uma autarquia onde se localizam os seus escritórios; uma loja comercial excutida em execução fiscal e destinada a alienação.

27. Determinado cidadão firma um contrato de promessa de compra e venda de um imóvel, na qualidade de comprador, cujo pagamento se dará de forma parcelada em doze prestações mensais e sucessivas. Prevê o contrato que a escritura pública definitiva será outorgada pelo promitente vendedor, após pagas todas as parcelas. Quitadas todas as parcelas e outorgada a escritura definitiva, cabe então ao interessado, no caso o comprador, providenciar no registro desta no competente Ofício do Registro de Imóveis, para que se efetive a aquisição do direito de propriedade do imóvel em causa.

Com relação ao tipo de direito que possui o comprador, nos três momentos a seguir referidos, quais sejam, no momento da assinatura do contrato de promessa de compra e venda, no momento da outorga da escritura definitiva e no momento em que é registrada a escritura no ofício imobiliário, pode-se afirmar ter o comprador, respectivamente a cada momento,

- (A) direito futuro não deferido; direito futuro deferido; direito adquirido.
- (B) direito futuro deferido; direito futuro não deferido; direito adquirido.
- (C) direito adquirido; direito futuro não deferido; direito futuro deferido.
- (D) expectativa de direito; direito potencial; direito adquirido.
- (E) expectativa de direito; direito futuro adquirido; direito adquirido.

28. Para verificar a validade de um ato jurídico o policial deverá averiguar

- (A) se as partes são legitimadas e se o objeto desse ato é logicamente possível.
- (B) se o referido ato guarda respeito com a forma, caso exigida pela lei; se as partes envolvidas são capazes; se o objeto não contraria a lei.
- (C) apenas se o ato está de acordo com a forma prescrita em lei.
- (D) apenas se os agentes são capazes.
- (E) se esse ato jurídico não colide com as leis de regência.

29. Considere esta sequência de fatos:

- I - É vontade do cidadão firmar um contrato de empréstimo de determinado bem. Entretanto, por engano próprio, sem que haja absolutamente interferência de outrem, firma um contrato de venda daquele bem.
- II - Determinado contratante silencia propositalmente quanto a um fato que, caso fosse do conhecimento do outro contratante, este não teria celebrado o contrato.
- III - Alguém é obrigado por outra pessoa a desfazer-se de um bem sob comprovável possibilidade de dano à sua pessoa.
- IV - Duas pessoas contratam formalmente a compra e venda de um bem, sem que, de fato, conforme previamente acordado entre ambas, ocorram o pagamento e a entrega do bem.
- V - Um cidadão em comprovado estado de insolvência civil transmite por doação a terceiros todos os seus bens, evitando com isso que os mesmos lhe venham a ser expropriados.

Considerando-se a ordem em que se apresentam os fatos acima relacionados, trata-se, respectivamente, de

- (A) dolo, coação, erro, simulação e fraude contra credores.
- (B) dolo, erro, coação, simulação e fraude contra credores.
- (C) coação, erro, dolo, fraude e simulação.
- (D) erro, dolo, coação, fraude contra credores e simulação.
- (E) erro, dolo, coação, simulação e fraude contra credores.

30. "A" empresta para "B" a quantia de R\$1.000,00 (mil reais), sob a condição de ser-lhe devolvida dentro de um mês, acrescida dos juros de 10%. Firmam contrato escrito para formalizar o negócio jurídico. Passado o prazo estabelecido, não é efetuado o pagamento, tanto da parcela referente ao capital emprestado como da parcela referente aos juros estabelecidos no mútuo. Por razões que não interessam ao caso em tela, a dívida vem a prescrever. Algum tempo depois de operada a prescrição, reconhece o credor a perda do capital, exigindo, entretanto, o pagamento da parcela referente aos juros vencidos e impagos, sob a alegação de que os mesmos não haviam sofrido os efeitos corrosivos da prescrição. Através de ação própria, a questão é submetida ao Judiciário, que

- (A) decidirá favoravelmente ao devedor, sob o fundamento de que se trata de caso de decadência e não de prescrição.
- (B) decidirá favoravelmente à pretensão do credor, pois, no ordenamento jurídico brasileiro, inclusive com aceitação plena nos Pretórios nacionais, tem-se como pacífico o entendimento de que a parcela relativa a juros não prescreve.
- (C) acolherá o pedido do credor, pois a parcela dos juros, após operada a prescrição, transmuda-se em bem principal, podendo ser exigida a qualquer tempo.
- (D) decidirá contrariamente à pretensão do credor, eis que, por ser um bem acessório do capital, o juro acompanha o destino daquele, bem principal, inclusive no que respeita aos efeitos da prescrição.
- (E) decidirá favoravelmente ao credor, condenando o devedor a pagar não apenas os juros, mas também o principal.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

31. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a **guarda** é um instituto que se caracteriza pelos os aspectos abaixo listados, **EXCETO** por

- (A) obrigar à prestação de assistência material, moral e econômica.
- (B) conferir a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- (C) poder ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos processos de tutela e adoção, mas não nos de adoção por estrangeiros.
- (D) conferir à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciário.
- (E) implicar prévia suspensão ou destituição do pátrio poder, reclamando procedimento contraditório quando houver discordância de qualquer dos cônjuges.

32. Quanto ao direito à convivência familiar e comunitária **NÃO** é correto afirmar que

- (A) o descumprimento dos deveres e obrigações de sustento, guarda e educação dos filhos menores enseja a perda ou suspensão do pátrio poder.
- (B) a pobreza não pode ser invocada como fundamento para a destituição do pátrio poder.
- (C) aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores.
- (D) a perda e a suspensão do pátrio poder serão decretados, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento não justificado dos deveres e obrigações de sustento, guarda e educação.
- (E) a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder.

33. Qual dos princípios gerais abaixo **NÃO** foi adotado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente?

- (A) De proteção integral da criança e do adolescente.
- (B) Do discernimento da culpabilidade.
- (C) Da pessoa em desenvolvimento.
- (D) Da promoção plena.
- (E) Da prioridade absoluta de atendimento e na efetivação dos direitos.

34. Com relação ao acesso à justiça, é

- (A) vedada qualquer notícia a respeito de fato que envolva criança ou adolescente a que se atribua autoria de ato infracional.
- (B) vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.
- (C) garantido o acesso de toda criança ou adolescente ao Poder Judiciário.
- (D) garantido o acesso de toda criança ou adolescente ao Ministério Público.
- (E) garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública.

35. A representação poderá ser rejeitada quando

- (A) desatender os requisitos formais.
- (B) for oferecida em relação a ato infracional praticado por criança.
- (C) depender de prova pré-constituída da autoria e materialidade.
- (D) o autor do ato infracional tiver 21 anos de idade completos.
- (E) a ação ou omissão não constituir ato infracional, definido como conduta descrita como crime ou contravenção penal.

36. Quanto à internação da criança ou do adolescente, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) se ocorrer antes da sentença, a internação deverá ser fundamentada e basear-se em indícios suficientes da autoria e materialidade, demonstrada a necessidade imperiosa da medida.
- (B) se a internação for definida na sentença, o tempo de internação provisória não será computado no prazo máximo definido para o caso.
- (C) se ocorrer antes da sentença, a internação pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias, período que de forma alguma pode ser prorrogado.
- (D) se definida na sentença, a internação não comportará um prazo determinado.
- (E) em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

37. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é **INCORRETO** afirmar que a adoção

- (A) é irrevogável.
- (B) rompe os vínculos naturais de filiação e parentesco, de modo que, falecendo os adotantes, há que se fazer nova adoção para os pais naturais recobrem o pátrio poder.
- (C) somente será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos.
- (D) faz com que a morte dos adotantes não restabeleça o pátrio poder dos pais naturais.
- (E) não pode ser deferida sob a forma de "adoção póstuma".

38. A remissão poderá ser concedida pelo

- (A) Ministério Público ou pelo juiz antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional.
- (B) juiz como forma de exclusão do processo.
- (C) Ministério Público como forma de suspensão.
- (D) Juiz como forma de extinção.
- (E) Ministério Público ou pelo juiz depois de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional.

39. Quanto à apuração de ato infracional, é correto afirmar que

- (A) a criança apreendida em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhada à autoridade policial competente.
- (B) a criança apreendida em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhada à autoridade judiciária competente.
- (C) a criança apreendida em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhada ao Conselho Tutelar e, na sua falta, à autoridade judiciária.
- (D) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado ao Conselho Tutelar.
- (E) o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária competente.

40. Quanto às medidas sócio-educativas, é correto afirmar que

- (A) não se aplicam a adolescentes.
- (B) são aplicáveis tanto a crianças quanto a adolescentes.
- (C) pressupõem a existência de indícios suficientes da autoria e da materialidade da infração.
- (D) não se aplicam a crianças.
- (E) não poderão ser aplicadas cumulativamente.

LEGISLAÇÃO ESTATUTÁRIA

41. No estágio probatório dos servidores policiais serão avaliados os seguintes requisitos:

- (A) idoneidade moral - assiduidade - disciplina - dedicação ao serviço - eficiência.
- (B) disciplina - eficiência - responsabilidade - produtividade - assiduidade.
- (C) dedicação - idoneidade moral - responsabilidade - disciplina - dedicação ao treinamento.
- (D) eficiência - perseverança - disciplina - idoneidade moral - responsabilidade.
- (E) assiduidade - disciplina - desprendimento - eficiência - produtividade.

42. O início do exercício cargo no cargo policial dar-se-á no prazo de

- (A) 30 dias a contar da nomeação.
- (B) 30 dias a contar da posse.
- (C) 20 dias a contar da posse.
- (D) 15 dias a contar da nomeação.
- (E) 15 dias a contar da posse.

43. Os servidores estaduais, inclusive os policiais, têm direito a licença-prêmio por assiduidade. O tempo dessa licença, concedida ao servidor que não tenha se afastado das suas funções, corresponde a

- (A) quinze dias por quinquênio.
- (B) um mês por quinquênio.
- (C) dois meses por quinquênio.
- (D) três meses por quinquênio.
- (E) seis meses por quinquênio.

44. Quanto à promoção ao final de carreira, na Polícia Civil, é correto afirmar que o servidor
- (A) pode recusar a referida promoção.
 - (B) somente será promovido por antigüidade.
 - (C) só poderá ter nova ascensão, por merecimento, caso já tenha sido promovido por antigüidade.
 - (D) não pode recusar a promoção, sob pena de incorrer em falta disciplinar.
 - (E) já deve ter sido promovido em ocasiões anteriores, sempre por merecimento.
45. O servidor policial poderá ser detido disciplinarmente, sem perda da remuneração, pelo prazo de 1 (um) a 30 (trinta) dias, nos casos de cometimento de falta grave. A referida detenção
- (A) deve ser cumprida em dependência apropriada.
 - (B) deve ser cumprida em repartição policial.
 - (C) foi revogada pela Lei 10.098/94.
 - (D) só ocorre em caso de falta grave.
 - (E) só ocorre em caso de falta gravíssima.
46. Quando o servidor cometer falta funcional de reduzida gravidade, poderá ser aplicada a pena de advertência, a qual deverá ser
- (A) feita pessoal e verbalmente.
 - (B) feita pessoal e verbalmente, porém constando de assentamentos do servidor.
 - (C) feita sempre por escrito, para que fique registrada, com o fim de provar antecedentes.
 - (D) publicada em boletim interno.
 - (E) publicada no Diário Oficial do Estado.
47. A autoridade policial que tiver ciência de irregularidade cometida por servidor da Polícia Civil é obrigada a proceder a apuração por meios sumários, no prazo máximo de
- (A) 7 dias, improrrogáveis.
 - (B) 10 dias, prorrogáveis.
 - (C) 15 dias, improrrogáveis.
 - (D) 30 dias, improrrogáveis.
 - (E) 30 dias, prorrogáveis.
48. A ação disciplinar administrativa, quanto à aplicação da pena de repreensão, prescreverá em
- (A) quinze dias.
 - (B) trinta dias.
 - (C) sessenta dias.
 - (D) seis meses.
 - (E) doze meses.
49. O cancelamento das notas referentes às penas impostas aos servidores policiais é procedido "ex-officio". No caso de uma suspensão de 30 (trinta) dias, o registro será automaticamente cancelado, desde que o servidor não tenha sofrido nenhuma infração no período de
- (A) dois anos.
 - (B) quatro anos.
 - (C) cinco anos.
 - (D) seis anos.
 - (E) dez anos.
50. O Conselho Superior de Polícia, órgão da Polícia Civil, é integrado por diversos conselheiros. Um destes representa a Ordem dos Advogados do Brasil e é indicado
- (A) em lista tríplice, pela Diretoria da OAB/RS.
 - (B) pela chefia da Polícia Civil, em lista tríplice.
 - (C) pelo próprio Conselho Superior de Polícia, em sessão extraordinária.
 - (D) por livre escolha do Secretário da Justiça e Segurança.
 - (E) em lista tríplice, pelo Conselho Seccional da OAB/RS.

DIREITO DO CONSUMIDOR

51. Segundo os artigos 2º e 3º da Lei 8.078/90, de 11 de setembro de 1990, denominada Código de Defesa do Consumidor, qual das definições abaixo é a correta?
- (A) Consumidor é a pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço na sua atividade profissional como destinatário inicial.
- (B) Fornecedor é a pessoa física ou jurídica, desde que não ente despersonalizado, que desenvolve atividades de produção, montagem, criação ou comercialização de produtos.
- (C) Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.
- (D) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mesmo que gratuitamente, inclusive as relações trabalhistas.
- (E) Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado, mediante remuneração, inclusive as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
52. A Política Nacional de Relações de Consumo, segundo os artigos 4º e 5º do Código de Defesa do Consumidor, tem por princípio
- (A) o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito a sua dignidade, saúde e segurança, assim como o atendimento das necessidades dos pequenos empresários e dos profissionais liberais.
- (B) o reconhecimento da hipossuficiência do consumidor no mercado de consumo e a necessidade de rápido desenvolvimento econômico e tecnológico do país.
- (C) a adequada e gratuita prestação dos serviços públicos em geral e a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil.
- (D) a coibição e repressão eficiente de todos os abusos praticados no mercado de consumo, inclusive a concorrência desleal, que possa causar prejuízos aos consumidores.
- (E) a criação de delegacias de polícia especializadas no atendimento de consumidores vítimas de infrações civis e administrativas de consumo.
53. Segundo os artigos 26 e 27 do Código de Defesa do Consumidor, em matéria de prescrição e de decadência nas relações de consumo é correto afirmar que
- (A) tratando-se do direito de reclamar pelos vícios ocultos, o prazo prescricional inicia-se no momento em que ficar evidenciado o dano e sua autoria.
- (B) tratando-se do direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação, o prazo prescricional inicia-se no momento em que ficar evidenciado o dano e sua autoria.
- (C) obsta a decadência, a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços, até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca.
- (D) decai em 5 (cinco) anos a pretensão à reparação por danos causados por vício do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.
- (E) decai em 90 (noventa) dias o direito de reclamar pelos vícios aparentes, tratando-se de fornecimento de serviço ou produtos não duráveis.
54. Segundo o artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade:
- I - quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
- II - quando houver falência provocada por má administração.
- III - quando houver estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica, provocados por má administração.
- Quais estão corretas?
- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas I e II
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

55. Quanto às práticas comerciais, reguladas no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) o fornecedor de produtos ou serviços é solidariamente responsável pelos atos de seus representantes autônomos.
- (B) é abusiva a prática do fornecedor de produtos ou serviços de condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, exceto quando sejam oferecidos em conjunto ou limitados quantitativamente.
- (C) é abusiva a prática do fornecedor de produtos ou serviços de executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento, mesmo com a autorização expressa do consumidor e de conformidade com os usos e costumes ou com práticas anteriores entre as partes.
- (D) é abusiva a prática, por parte do fornecedor de produtos ou serviços, de deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou de deixar a fixação de seu termo final a seu exclusivo critério, de maneira desproporcionada.
- (E) o fornecedor de serviço é obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio, exceto quando o serviço, por sua natureza, não puder ser interrompido sem afetar sua qualidade ou sem causar dano, ou quando for necessária a contratação de serviços de terceiros.

56. Quanto à oferta, regulada no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que

- (A) quando esta tiver um prazo de vigência determinado, o fornecedor de produtos ou serviços poderá revogá-la antes deste prazo.
- (B) em caso de oferta ou venda por telefone ou reembolso postal, deve constar o nome do fabricante e endereço na publicidade e em todos os impressos utilizados na transação comercial.
- (C) os fabricantes e importadores não necessitam assegurar a oferta de componentes e peças de reposição, se cessada a fabricação ou a importação do produto.
- (D) a publicidade obriga aquele que a fizer veicular ou dela se utilizar de maneira expressa, durante o tempo em que se realize.
- (E) se o fornecedor recusar cumprimento à oferta, poderá o consumidor rescindir o contrato, sem direito à restituição de quantia eventualmente antecipada e a perdas e danos.

57. Segundo o artigo 54 do Código de Defesa do Consumidor, contrato de adesão é aquele

- (A) cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo consumidor.
- (B) cujas cláusulas tenham sido discutidas ou modificadas substancialmente pelo consumidor e pelo fornecedor.
- (C) em que as cláusulas que implicarem direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque.
- (D) em que se admite cláusula resolutória, desde que alternativa, cabendo a escolha ao fornecedor.
- (E) em que a inserção de cláusula no formulário não desfigura a sua natureza.

58. No que se refere às infrações penais, o Código de Defesa do Consumidor prevê que

- (A) quem, de qualquer forma, concorrer para os crimes referidos neste Código incide nas penas a esses cominadas, na medida de sua culpabilidade.
- (B) além das penas privativas de liberdade e de multa, pode ser imposta a interdição permanente de direitos.
- (C) a pena pecuniária será fixada em dias-multa, correspondentes ao máximo de dias de duração da pena privativa da liberdade cominada ao crime, afastado o disposto no artigo 60 § 1º do Código Penal.
- (D) se assim recomendar a situação econômica do indiciado ou réu, a fiança poderá ser reduzida até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor mínimo.
- (E) se assim recomendar a situação econômica do indiciado ou réu, a fiança poderá ser aumentada pelo juiz até 100 (cem) vezes.

59. Considera-se crime contra as relações de consumo

- (A) fazer afirmação falsa ou omitir qualquer informação sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços.
- (B) deixar de alertar, mediante recomendações escritas ostensivas, sobre a periculosidade do serviço a ser prestado.
- (C) fazer ou promover publicidade que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma positiva a sua saúde e segurança.
- (D) fazer ou promover publicidade que sabe ou deveria saber enganosa ou comparativa.
- (E) deixar de organizar dados fáticos, técnicos e científicos que dão base ao cadastro, banco de dados, fichas ou registro de informação sobre o consumidor.

60. Encontram-se tipificadas como crime contra as relações de consumo as seguintes condutas:

- I - Executar serviço de alto grau de periculosidade, contrariando determinação de autoridade competente.
- II - Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação ou constrangimento físico ou moral ao consumidor.
- III - Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, bancos de dados, fichas e registros.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas II
- (C) Apenas I e III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

DIREITO PENAL

61. Na aplicação da lei penal ninguém pode ser punido por fato que norma posterior deixe de considerar como crime. A legislação posterior aplica-se aos fatos anteriores, quando favorecer o agente, na seguinte condição:

- (A) desde que o agente já tenha cumprido 1/3 da pena imposta pela lei anterior.
- (B) ainda que decidido por sentença ordinária, transitada em julgado.
- (C) desde que ainda não tenha sido prolatada a sentença.
- (D) ainda que decidido por sentença condenatória, mas que não transitou em julgado.
- (E) nunca o "jus puniendi" pode ser restringido de forma temporal.

62. O sistema penal brasileiro prevê a possibilidade de edição de leis excepcionais ou temporais, promulgadas em casos de guerra, revolução ou em outras circunstâncias extraordinárias. Estas leis são denominadas "ultra-ativas", no sentido de que

- (A) cessa o direito punitivo do Estado, a partir da auto-revogação.
- (B) se aplicam aos fatos praticados no decurso de sua vigência, desde que a persecução criminal se inicie antes da revogação.
- (C) é impossível a sanção, pois perdem a eficácia por auto-revogação.
- (D) permanecem com vigência plena (ativa), mas com o princípio da retroatividade benéfica, mesmo depois de sua auto-revogação.
- (E) podem continuar a ser aplicadas aos fatos praticados durante a sua vigência, mesmo depois de sua auto-revogação.

63. No concurso de crimes que foram cometidos parte sob vigência de lei antiga e parte sob a nova lei, deve-se aplicar

- (A) ambas as leis; ou seja, haverá acumulação material de penas.
- (B) a lei que determinar o princípio da exasperação de penas.
- (C) a "lex mitior".
- (D) a lei do "tempus regit actum".
- (E) a lei nova.

64. Doutrinariamente, no que tange à territorialidade, podemos afirmar que o Código Penal Brasileiro adota os seguintes princípios:

- (A) da territorialidade real ou de proteção - da justiça universal - da nacionalidade ativa - da representação.
- (B) da justiça universal - da territorialidade - da territorialidade especial - da nacionalidade ativa.
- (C) da territorialidade - do solo ocupado - da nacionalidade exclusiva - da justiça penal universal.
- (D) da nacionalidade - da territorialidade - da representação - da justiça penal nacional.
- (E) da representação - da nacionalidade - da territorialidade - da justiça penal universal.

65. Crimes omissivos impróprios são delitos

- (A) denominados de "mera bagatela".
- (B) em que o agente atua de forma imprópria, provocando outros delitos.
- (C) em que o sujeito age com conduta não proibida.
- (D) em que o agente poderia ter evitado o resultado.
- (E) que também se denominam de "omissivos espúrios".

66. Pode-se afirmar que, na teoria geral dos crimes, o "iter criminis" compõe-se das seguintes etapas, em ordem cronológica:

- (A) premeditação - fantasia passiva - conclusão.
- (B) fantasia ativa - atos finalísticos - premeditação real.
- (C) cogitação - planejamento - tentativa - atos preparatórios.
- (D) fantasia ativa - fantasia real - premeditação - tentativa.
- (E) cogitação - atos preparatórios - execução - consumação.

67. O crime continuado ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação de omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições do tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro. Nesse caso,

- (A) intermediando os delitos continuados, aplica-se a lei mais benéfica.
- (B) intermediando os delitos continuados, aplica-se a lei nova, ainda que mais gravosa.
- (C) aplica-se a lei anterior, descartando-se a lei nova.
- (D) sendo a lei nova mais gravosa, aplica-se a anterior.
- (E) se as penas de todos os crimes forem idênticas, somam-se suas cominações.

68. Diz-se que há "homicídio qualificado pela conexão" quando o crime

- (A) ocorre somente em conexão teleológica.
- (B) é praticado para garantir exclusivamente as qualificadoras.
- (C) ocorre unicamente em conexão ocasional.
- (D) ocorre para assegurar a execução, ocultação, impunidade ou vantagem em relação a outro crime.
- (E) ocorre em concurso com outro delito contra a vida.

69. O agente desferiu pontapé contra o ventre de uma mulher grávida, e isto leva ao nascimento do feto. Nesse caso, diz-se que o crime praticado é

- (A) infanticídio.
- (B) homicídio simples.
- (C) aborto provocado por terceiro.
- (D) homicídio qualificado.
- (E) tentativa de homicídio contra a gestante.

70. Na extorsão e no constrangimento ilegal, o agente emprega violência ou grave ameaça contra vítima, no sentido de que esta faça ou deixe de fazer alguma coisa. Considerando-se apenas o caso de "constrangimento ilegal", é correto afirmar que o agente

- (A) não pretende obter indevida vantagem econômica.
- (B) pretende uma finalidade específica ("com o intuito de").
- (C) pretende obter vantagem econômica.
- (D) não pretende vantagem moral.
- (E) pretende obter vantagem pecuniária através do constrangimento.

DIREITO CONSTITUCIONAL

71. O Delegado de Polícia recebe mandado de prisão de devedor, condenado por inadimplemento de contrato de "leasing" de automóvel, firmado e não cumprido pelo marido em favor da ex-esposa. Considerando tal mandado de prisão, é correto afirmar que

- (A) a autoridade policial, sem exame, deverá cumprir imediatamente a ordem judicial.
- (B) a prisão é ilegal, porque deferida a requerimento da credora e não do Ministério Público.
- (C) o ato é válido, porque se arrima no princípio da isonomia, conforme o artigo 5º, caput, da Constituição Federal.
- (D) a ordem é ilegal, por afrontar letra expressa da Constituição Federal.
- (E) a prisão é prevista no recente Código de Defesa do Consumidor.

72. Os responsáveis pelo controle interno dos Poderes, no âmbito estadual, ao tomarem conhecimento de qualquer ilegalidade, dela darão ciência, para as providências legais cabíveis, à seguinte instância:

- (A) Procurador Geral de Justiça.
- (B) Tribunal de Contas do Estado.
- (C) Defensoria Pública do Estado.
- (D) Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa.
- (E) Procurador Geral do Estado.

73. As Comissões do Poder Legislativo que exigem, quando de sua criação, ato com características assemelhadas às da denúncia no processo criminal, intitulam-se Comissões

- (A) especiais.
- (B) de inquérito.
- (C) de justificação.
- (D) de averiguação e julgamento.
- (E) de representação.

74. O processo legislativo da Lei Complementar e o da Lei Ordinária

- (A) dispensam a sanção presidencial.
- (B) diferem segundo o regimento interno de cada casa legislativa.
- (C) diferem apenas na fase da iniciativa.
- (D) distinguem-se quanto ao "quorum" para a sua aprovação.
- (E) são o mesmo para uma e outra lei.

75. O veto será exercido pelo Chefe do Poder Executivo sob o fundamento

- (A) da inconstitucionalidade ou da contrariedade ao interesse público.
- (B) da ilegalidade ou do interesse da maioria do Congresso.
- (C) da ilegalidade ou da inconstitucionalidade.
- (D) do interesse público ou da soberania nacional.
- (E) da economicidade ou da moralidade.

76. A solicitação de extradição de estrangeiro residente no Rio Grande do Sul, condenado por crime político, será processada e julgada

- (A) pelo Secretário de Estado da Segurança Pública.
- (B) pelo Plenário do Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) pelo Tribunal Regional Federal, sediado na capital do Estado.
- (D) pelos Ministros da Justiça e das Relações Exteriores.
- (E) pelo Supremo Tribunal Federal.

77. São privativos de brasileiro nato as funções ou cargo(s)

- (A) da carreira diplomática.
- (B) de Senador da República.
- (C) de Governador de Estado.
- (D) de Presidente do Supremo Tribunal de Justiça.
- (E) de Ministro da Justiça.

78. O controle difuso da constitucionalidade será exercido através

- (A) do veto do Governador do Estado.
- (B) do voto da maioria relativa dos tribunais superiores.
- (C) de qualquer membro ou órgão do Poder Judiciário.
- (D) do voto da maioria absoluta dos membros das Comissões de Constituição e Justiça.
- (E) do veto do Presidente da República.

79. O ato normativo de efeito concreto pode ser objeto de

- (A) ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) mandado de segurança.
- (C) ação declaratória de constitucionalidade.
- (D) mandado de injunção.
- (E) declaração de omissão legislativa.

80. O controle direto da constitucionalidade das leis estaduais frente a preceitos da Constituição Federal compete

- (A) aos Tribunais Regionais Federais.
- (B) aos Tribunais de Justiça.
- (C) ao Supremo Tribunal Federal.
- (D) ao Superior Tribunal de Justiça.
- (E) ao Tribunal de Contas do Estado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

81. No inquérito policial, ao interrogar um cidadão surdo-mudo e analfabeto, maior de 21 anos, acusado da prática de crime de roubo, a autoridade policial deverá
- (A) convocar pessoa idônea para que esta assine "a rogo" do acusado e diligenciar para que o termo seja assinado por duas testemunhas de leitura.
 - (B) determinar-lhe que escolha pessoa de sua confiança para assistir ao ato e firmar o termo de interrogatório como "curador especial".
 - (C) colher a impressão digital do polegar direito do interrogado, apondo-a no final do termo de interrogatório.
 - (D) designar pessoa habilitada a atendê-lo para intervir no ato sob compromisso, na condição de "intérprete".
 - (E) nomear-lhe advogado que assista todo o ato e assine o termo de interrogatório como defensor.
82. Nos crimes definidos na Lei Federal 6.368/76, os prazos para a remessa do inquérito policial a juízo são, respectivamente, de
- (A) 10 dias, havendo prisão em flagrante; e de 30 dias, estando o acusado solto.
 - (B) 5 dias, se houver prisão em flagrante; e de 15 dias, se o réu estiver solto.
 - (C) 5 dias, se houver prisão em flagrante ou prisão preventiva; e de 15 dias, se o réu estiver solto.
 - (D) 10 dias, se houver prisão em flagrante ou se o réu estiver preso preventivamente; e de 30 dias, se estiver solto.
 - (E) 5 dias, se houver prisão em flagrante; e de 30 dias, se o réu estiver solto.
83. Salvo a hipótese de requerimento de prorrogação feito pelos peritos e acolhido pela autoridade policial, o prazo máximo para elaboração do laudo pericial requisitado pelo delegado de polícia é de
- (A) 10 dias, contados a partir da intimação dos peritos.
 - (B) 10 dias, contados a partir da assinatura do termo de compromisso pelos peritos.
 - (C) 15 dias, contados a partir da cientificação dos peritos.
 - (D) 15 dias, contados a partir da designação oficial.
 - (E) 15 dias, contados a partir da assinatura do termo de compromisso pericial.
84. No curso de inquérito policial, mediante representação da autoridade policial, o juiz de direito decretou a prisão preventiva de indivíduo acusado de latrocínio. Dois dias depois, o mesmo magistrado revogou a custódia provisória sem fundamentar sua decisão (artigo 93, Inciso IX, da Constituição Nacional), gerando prejuízos às investigações policiais em andamento. Esta decisão judicial pode ser atacada através do seguinte recurso:
- (A) apelação criminal.
 - (B) agravo de instrumento.
 - (C) pedido de reconsideração judicial.
 - (D) mandado de segurança criminal.
 - (E) recurso em sentido estrito.
85. Nos crimes de embriaguez ao volante (artigo 306 da Lei 9.503/97) e de participação em competição viária não autorizada (artigo 308 da Lei 9.503/97), o condutor de autoveículo será processado mediante ação penal pública
- (A) incondicionada, aplicando-se o procedimento dos Juizados Especiais Criminais previsto na Lei 9.099/95 (que dispõe sobre os Juizados Cíveis e Criminais e dá outras providências).
 - (B) incondicionada, aplicando-se o procedimento previsto na Lei 4.611/65.
 - (C) incondicionada, aplicando-se o procedimento sumário dos crimes, disciplinado a partir do artigo 539 do Código de Processo Penal.
 - (D) condicionada à representação, aplicando-se o procedimento previsto na Lei 9.099/95 (que dispõe sobre os Juizados Cíveis e Criminais e dá outras providências).
 - (E) condicionada à representação, aplicando-se o procedimento sumário dos crimes, previsto a partir do artigo 539 do Código de Processo Penal.

86. A autoridade policial tomou conhecimento de que o deputado estadual L.R. falsificou assinaturas de servidores e chefias legislativas, em bilhetes correspondentes à doação de leite em pó para pessoas credenciadas e, após, distribuiu tais documentos entre indivíduos desconhecidos. Perante a situação, esse delegado de polícia deverá

- (A) oficiar a Presidência da Assembleia Legislativa, a fim de que tome as medidas cabíveis para processar funcionalmente o deputado infrator.
- (B) instaurar inquérito policial a fim de apurar as responsabilidades criminais.
- (C) oficiar o Procurador-Geral de Justiça para que o Ministério Público obtenha a autorização para a instauração do inquérito policial contra o deputado estadual.
- (D) oficiar a Presidência da Assembleia Legislativa através do Chefe de Polícia, solicitando autorização para instaurar o procedimento policial, face à imunidade parlamentar.
- (E) oficiar o Presidente do Tribunal de Justiça para que o Poder Judiciário obtenha do Poder Legislativo a autorização para a instauração do inquérito policial contra o deputado estadual.

87. Havendo dúvidas sobre a sanidade mental do acusado, no curso do inquérito policial, a autoridade policial deverá

- (A) nomear, sob compromisso, dois peritos para a elaboração do exame de sanidade mental do acusado.
- (B) prosseguir nas investigações e no inquérito policial até sua conclusão, mencionando em seu relatório as suas dúvidas quanto à higidez mental do acusado.
- (C) representar ao juiz competente para que este ordene a submissão do acusado a exame médico-legal.
- (D) requisitar a feitura do exame de sanidade mental ao órgão técnico competente, através da Coordenação-Geral de Perícias.
- (E) suspender o andamento do inquérito policial, instaurando o incidente de insanidade mental do acusado com a imediata realização do exame pertinente.

88. Na hipótese de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, a prisão temporária terá o prazo

- (A) de 5 dias, podendo ser prorrogado por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- (B) de 5 dias, por não se constituir em crime hediondo.
- (C) improrrogável de 15 dias, podendo a autoridade policial representar pela prisão preventiva do acusado, na iminência de esgotamento do citado prazo.
- (D) de 30 dias, prorrogável por igual período, por se constituir em infração análoga aos crimes hediondos.
- (E) de 30 dias, por se tratar de crime hediondo.

89. Tratando-se de infrações de menor potencial ofensivo, é **INCORRETO** afirmar que o termo circunstanciado

- (A) será lavrado pela autoridade policial ou seus agentes, dependendo de quem primeiro tomar conhecimento da ocorrência.
- (B) será encaminhado imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando-se nas requisições dos exames periciais necessários.
- (C) consistirá em base para a denúncia do Ministério Público, dispensado o inquérito policial.
- (D) prescinde do exame do corpo de delito, quando a materialidade do crime estiver aferida por boletim médico ou prova equivalente.
- (E) impede a imposição de prisão em flagrante sempre que, após sua lavratura, o autor do fato for imediatamente encaminhado ao Juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer.

90. Quando sujeitas à prisão processual, terão direito a prisão especial antes da condenação definitiva, sendo recolhidas a quartéis ou estabelecimentos prisionais especiais à disposição da autoridade competente, entre outras, as seguintes categorias de pessoas, com **EXCEÇÃO** de

- (A) professor do ensino de 1ª e 2ª graus.
- (B) órgãos do Ministério Público e membros da Defensoria Pública.
- (C) magistrados de quaisquer níveis, exceto juiz de paz sem formação superior.
- (D) diplomados por qualquer uma das instituições de ensino superior do País.
- (E) delegados de polícia, guardas-civis e policiais em geral, ativos e inativos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

91. Considere as seguintes afirmações:

- I - Segundo o princípio da impessoalidade, a Administração Pública tem que tratar a todos os administrados sem discriminações, benéficas ou detrimenotasas.
- II - O exercício da atividade administrativa é feito principalmente pelo Poder Executivo, mas o Poder Legislativo e o Poder Judiciário também exercem tal tipo de atividade.
- III - Autarquias são pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas I e III
- (C) Apenas II e III
- (D) Apenas III
- (E) I, II e III

92. Considere as seguintes afirmações:

- I - As empresas públicas podem adotar qualquer forma societária dentre as em direito admitidas, ao passo que as sociedades de economia mista terão obrigatoriamente a forma de sociedade anônima.
- II - A atividade de polícia administrativa, que tanto pode provir diretamente da autoridade pública como por delegação de particular, é imposta coercitivamente aos administrados e se traduz, de regra, pela imposição de dever de abstenção e será sempre discricionário.
- III - Ocorre excesso de poder quando a autoridade, embora competente para praticar o ato, vai além do permitido e exorbita no uso de suas faculdades administrativas.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas I e III
- (C) Apenas II
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

93. Considere as seguintes afirmações:

- I - A auto-executoriedade está entre os atributos dos atos administrativos.
- II - A validade do ato administrativo discricionário depende da homologação, expressa ou tácita, do superior hierárquico do agente que o praticou.
- III - Ocorre desvio de poder e, portanto, invalidade, quando o agente se serve de um ato para satisfazer finalidade estranha à sua natureza.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas I e III
- (C) Apenas II e III
- (D) Apenas III
- (E) I, II e III

94. Considere as seguintes afirmações:

- I - O contrato de concessão de obra pública é o destinado a outorgar a um particular a faculdade de usar um bem da Administração segundo sua destinação específica, tal como um restaurante ou um logradouro turístico.
- II - Por equilíbrio econômico-financeiro, nos contratos administrativos, deve entender-se a relação de equivalência formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.
- III - Contrato de serviço é o ajuste administrativo que tem por objeto uma atividade prestada à Administração, para atendimento de suas necessidades ou de seus administrados.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas I e III
- (C) Apenas II
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

95. Considere as seguintes afirmações:

- I - Na distinção entre contratos administrativos e contratos de direito privado da Administração, ganha relevância a possibilidade de a Administração Pública instabilizar o vínculo estabelecido, admitida apenas no primeiro caso.
- II - Nos contratos administrativos típicos, o contratado não pode, em hipótese alguma, opor à Administração Pública a exceção do contrato não cumprido (*exceptio non adimpleti contractus*).
- III - Por **entrega e recebimento** do objeto do contrato administrativo deve entender-se a etapa final da sua execução, para liberação do contratado.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas I e II
- (C) Apenas I e III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

96. Considere as seguintes afirmações:

- I - A enumeração dos serviços públicos feita no texto constitucional não é exaustiva.
- II - Por serviços de utilidade pública entendem-se todos aqueles onde a Administração, reconhecendo a sua conveniência e não-essencialidade, encarrega-se de prestá-los diretamente ou aquiesce em que sejam prestados por terceiros.
- III - Previamente a edital de licitação, com vistas à concessão do serviço de exploração de vias públicas, o poder concedente necessita apenas publicar ato justificando a conveniência da delegação, caracterizando seu objeto, área e prazo.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas I e III
- (C) Apenas II
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

97. Considere as seguintes afirmações:

- I - Com a extinção da concessão de serviço público, ao advento do termo contratual, o poder concedente assume imediatamente o serviço e a posse dos bens vinculados a sua prestação.
- II - **Permissão** de serviço público é a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica, que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco.
- III - As concessionárias e permissionárias de serviços públicos têm responsabilidade patrimonial de natureza objetiva, pelos danos causados aos administrados.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas I e III
- (C) Apenas II e III
- (D) Apenas III
- (E) I, II e III

98. Considere as seguintes afirmações:

- I - **Aproveitamento** é o reingresso do aposentado ao serviço ativo, *ex officio* ou "a pedido", por não mais subsistirem as razões que determinaram a aposentação.
- II - O agrupamento de cargos da mesma profissão, e com idênticas atribuições, responsabilidades e vencimentos denomina-se **classe**.
- III - Por agentes públicos devem ser entendidas todas as pessoas físicas incumbidas, definitiva ou transitoriamente, do exercício de uma função estatal.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas I e III
- (C) Apenas II
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

99. Considere as seguintes afirmações:

- I - O tempo de serviço do servidor afastado para exercer mandato eletivo será contado para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento.
- II - No uso do poder disciplinar, a Administração Pública tanto pode demitir como exonerar o servidor em estágio probatório, sendo desnecessário qualquer procedimento prévio quando se tratar de exoneração.
- III - A promoção de servidor público constitui forma de provimento **derivado** em cargo público.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I
- (B) Apenas I e II
- (C) Apenas I e III
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III

100. Considere as seguintes afirmações:

- I - A fiscalização hierárquica não pode ser incluída entre os meios de controle administrativos que, por sua natureza, pressupõem sempre a participação de um órgão externo àquele fiscalizado.
- II - No controle judicial dos atos administrativos, ainda que discricionários, se entende necessária a investigação dos seus motivos, finalidade e causa.
- III - O controle do Poder Legislativo sobre a Administração Pública é de efeito indireto, não podendo os Parlamentos anular atos administrativos ilegais.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e II
- (B) Apenas I e III
- (C) Apenas II
- (D) Apenas II e III
- (E) I, II e III



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL

**CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA CARREIRA DE
DELEGADO DE POLÍCIA**

EDITAL Nº 001/1998

**PRIMEIRA ETAPA
PROVA DE REDAÇÃO**

INSTRUÇÕES

1. Caso o CADERNO DE PROVA esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, o(a) candidato(a) deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua.
2. Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos, apostilas, nem o uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico.
3. Durante a prova, o(a) candidato(a) não deve levantar-se, sem autorização prévia do fiscal, nem comunicar-se com outros(as) candidatos(as).
4. A duração da prova é de três horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE RESPOSTA. Ao final deste prazo, a Folha de Resposta será imediatamente recolhida.
5. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação da prova do(a) candidato(a).

Órgão Executor:

FAURGS

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

PROVA DE REDAÇÃO

Muitas são as circunstâncias de nossa vida em que a obediência entra em questão e devemos decidir se a tomamos ou não como pauta de nossas atitudes e relações com os outros. Como cidadãos, somos, no mínimo, chamados a obedecer as leis, isso se não levarmos em conta os infinitos matizes através dos quais os costumes de determinada cultura estabelecem regras que se superpõem à lei. No trabalho, principalmente em instituições altamente hierarquizadas, a obediência pode ser vista como elemento assegurador do cumprimento das tarefas por funcionários subordinados. Na família, a obediência é muitas vezes tomada como necessária nas relações das crianças com os adultos e pode até mesmo mediar as relações entre os adultos, dependendo da estrutura familiar que se tem.

Sob o ponto de vista do indivíduo, embora muitas vezes nos pareça difícil ou até insuportável obedecer, pode-se pensar que, às vezes, a obediência permite que ocupemos uma posição cômoda na qual é possível simplesmente atribuir os insucessos ou excessos ao superior a quem "apenas se obedece". Sob o ponto de vista da sociedade, muitas são as perguntas que podemos fazer sobre a exigência de obediência. Como elemento integrante do processo educativo, será promotora de autonomia ou de inibição – formadora ou conformadora? No trabalho, é um elemento necessário para a harmonia das funções ou leva o profissional a um treflamo sem iniciativa? Nas relações, leva ao crescimento mútuo e à solidariedade ou à dissonância surda, reprimida?

Pois bem, sua redação versará exatamente sobre este tema: **o papel da obediência na vida do indivíduo e na estruturação da vida em sociedade**. Para redigi-la, você deverá partir de sua experiência, relatando algum episódio ou situação em que a obediência a alguém lhe trouxe benefícios ou dificuldades. Reflita sobre esse episódio e conduza seu raciocínio de forma a examinar as conseqüências desse tipo de situação para a sociedade em geral. Lembre-se de que você está sendo solicitado a redigir uma dissertação, texto que se caracteriza pela argumentação e pela reflexão abstrata e generalizante em torno de um ponto de vista. Valha-se de sua experiência pessoal, mas não se esqueça de encaixá-la em um texto de caráter dissertativo.

Seu texto deverá ter um mínimo de 25 linhas. Você poderá usar lápis no rascunho; sua redação deverá, no entanto, ser passada a limpo, com letra legível e com caneta. Bom trabalho.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 001/1998

SEGUNDA ETAPA - PROVA DISSERTATIVA

06 de junho de 1998

MATÉRIA	QUESTÕES
DIREITO PENAL	01 a 05
DIREITO PROCESSUAL PENAL	06 a 10

Órgão Executor

F A U R G S

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL**

**CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE
DELEGADO DE POLÍCIA
EDITAL Nº 001/1998**

**INSTRUÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA DA
SEGUNDA ETAPA**

1. Este caderno consta de dez questões dissertativas, assim distribuídas: **Direito Penal** - cinco questões e **Direito Processual Penal** - cinco questões.
2. Caso este Caderno de Questões esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua.
3. Nesta prova somente será permitida a consulta a **textos de lei, não comentados e não anotados**. Não se considera legislação comentada ou anotada a que trazer súmulas de jurisprudência ou simples remissão a outros textos de lei.
4. Não será permitida a consulta a outros tipos de livros, notas ou apontamentos, nem o uso de réguas, calculadoras, telefones celulares, "pagers", ou qualquer outro equipamento eletrônico.
5. Para cada matéria existe um **Caderno de Respostas específico**. Escreva suas respostas nos locais apropriados. Caso necessário, solicite folha(s) adicional(is) da(s) respectiva(s) matéria(s) a um dos fiscais de sala, identificando claramente o número da questão a que se refere(m).
6. **Não assine, não rubrique, não escreva seu nome nem faça marca ou sinal identificador em qualquer local das folhas destinadas às respostas das questões, sob pena de ter sua prova anulada.**
7. Escreva suas respostas com o máximo de **objetividade e clareza**, observando a correção ortográfica e gramatical.
8. Durante a prova, não se levante, sem autorização prévia do fiscal de sala, nem comunique-se com outros(as) candidatos(as).
9. A duração da prova é de quatro (04) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento dos Cadernos de Respostas. Encerrado este prazo, os Cadernos de Respostas serão imediatamente recolhidos.
10. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções implicará a anulação de sua prova.
11. Após o último candidato da sala entregar a prova, as mesmas serão separadas por matéria e lacradas, na presença deste candidato e dos que ficarem para assistir. A desidentificação pública terá lugar no Auditório desta Escola, amanhã, dia 07 de junho de 1998, às 14h.

DIREITO PENAL

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS:

Nesta prova, para cada questão apresenta-se um caso, em relação ao qual são propostas algumas perguntas.

1. Elabore sempre **respostas completas**, justificando adequadamente afirmações ou negações, de acordo com as perguntas feitas.
2. **Fundamente todas as afirmações que fizer**, demonstrando o domínio de conhecimentos em relação à doutrina e à legislação.
3. **É indispensável proceder o enquadramento dos crimes no Código Penal e na legislação complementar, quando for o caso.**
4. Ao citar textos legais e a respectiva legislação complementar, **identifique-os** devidamente.

QUESTÕES

01. Pedro, com 19 anos de idade, e Márcio, com 16 anos de idade, durante a noite, quebraram uma janela do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressando no prédio. Com o uso de uma chave de fenda, arrebentaram diversas gavetas, retirando pequenos objetos. Como esses objetos não representavam os valores pecuniários que pretendiam, os largaram no próprio local. Contudo, levaram um cadáver que estava depositado numa sala para estudos de Anatomia. Posteriormente, conseguiram vendê-lo a um estudante, que o comprou sabendo ser furtado, pois reconheceu o cadáver de suas aulas no referido Instituto.
- Qual ou quais foram os crimes praticados?
Quem o(s) praticou?
Ocorreu alguma forma de arrependimento ou desistência?
02. Um morador de cidade histórica, vendo o estado deplorável de um prédio, tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tomou uma decisão: iria pintar, por sua conta, o referido imóvel. Escreveu uma carta para o citado órgão, requerendo licença para concretizar seu objetivo. O cidadão, impaciente com a demora na resposta ao seu pedido, resolveu abordar um vigilante particular, encarregado da guarda do prédio, e a ele solicitou autorização para pintura. Simplório e induzido pelo interessado, que disse ter autorização, o vigilante permitiu a entrada dos pintores. O cidadão, com mais cinco companheiros, num só dia pintou todo o prédio de vermelho, cor do seu clube de futebol, mesmo sabendo que a cor original - amarelo colonial - não podia ser alterada.
- Houve crime(s)?
Em caso positivo, qual ou quais crime(s) ocorreram?
03. Vem a uma Delegacia de Polícia de cidade do interior do estado o comerciante XY, acompanhado de advogado, queixando-se da ação de um Agente de Tributos que, ao cobrar-lhe impostos atrasados, excedeu-se nos meios, causando-lhe vexame público. O Agente, que ocupa o cargo de Diretor de Arrecadação, em visita à empresa do queixoso, levou consigo inúmeros jornalistas e outros convidados, fazendo uma verdadeira "devassa", durante a qual o nome XY era pronunciado pelo Agente, associado a palavras como: "pilantra", "sonegador habitual de tributos", "esperto em esquemas", "calçador de notas fiscais", etc. Sentindo-se humilhado e ofendido, pois somente se encontrava atrasado em dois meses no recolhimento de impostos, o comerciante resolveu denunciar o caso à Polícia.
- Houve ou não delito?
Em caso afirmativo, qual ou quais foram?

04. Reuniram-se cinco pessoas: AY, AZ, AW, AA e AK e decidiram criar uma empresa comercial, que adotou o nome de fantasia de **Importação e Exportação XX**. Obtiveram os competentes registros e dedicaram-se ao comércio de gêneros alimentícios e outros produtos. Na realidade a empresa era uma simples “fachada” para inúmeras atividades escusas. As vendas de mercadorias eram procedidas sem expedição de notas fiscais, e os raros documentos enviados ao Fisco indicavam vendas abaixo do realizado efetivamente. AY e AZ criaram um programa especial de processamento de dados, através do qual pagavam ainda menos ao Fisco, embolsando as diferenças sursurpiadas, sem que os demais sócios participassem desta fraudulenta operação. O fiscal XY, inspecionando a referida empresa, descobriu as fraudes, mas, ao invés de denunciá-las, exigiu a importância de R\$ 100.000,00 para não autuar os infratores. O fiscal disse aos sócios que os fatos não constituíam crimes, mas simples infrações administrativas, que levariam a um débito de R\$ 1.400.000,00. Houve acirrada discussão dos sócios com o fiscal XY. Os sócios AW e AK, mais exaltados, ameaçaram de morte o fiscal e tentaram agredi-lo a socos, mas ele conseguiu se desvencilhar e fugiu. Estes dois sócios, nos dias seguintes, compraram, clandestinamente, duas pistolas marca Taurus, calibre 6.35 mm, e cada um passou a usar arma de fogo, com a finalidade de matar XY. Num determinado dia, os referidos sócios, atendendo a pedido de AY, localizaram XY e dispararam contra ele, causando-lhe ferimentos graves. Um telefonema anônimo colocou a Polícia Civil em alerta e iniciou-se, a seguir, rigorosa investigação conjunta com a fiscalização tributária, que resultou em volumoso inquérito policial. A autoridade policial desvendou mais alguns fatos importantes além do que acima foi relatado: a empresa vendia, por sua conta e risco, mercadorias abaixo do preço de custo; de forma curiosa destruíam imediatamente produtos adquiridos de terceiros, com aparente prejuízo, mas, a partir disto, tornavam-se os únicos fornecedores de determinada mercadoria; misturavam produtos alimentícios entre si, vendendo-os posteriormente, como se fossem “puros”; importavam armas de fogo de uso permitido e imediatamente suprimiam as marcas e os números para não se identificar a origem das mesmas e, também, vendiam medicamentos que, na realidade, eram placebos, pois não possuíam nenhuma das propriedades curativas indicadas nas embalagens. Indique todos os possíveis crimes praticados pelos sócios da empresa acima. Ocorreram outros delitos? Quais?

05. Chamado a um Presídio Regional, um Delegado de Polícia constatou que estava ocorrendo uma grande perturbação da ordem e da disciplina, havendo, inclusive, depredação de pequena monta, com a participação de presos e respectivos familiares. Não aconteceu qualquer forma de agressão física, nem entre os presos e visitantes e nem contra os agentes penitenciários, mas a agitação era predominantemente por reivindicações justas (alimentação adequada, vestuário, cobertores e horários para banho e recreação). O Delegado, usando do bom senso e com experiência e habilidade, contornou o problema, acalmando os ânimos e retomando o poder disciplinar. Ocorreram crimes? Quais? Quem são os sujeitos ativos, caso positiva a resposta à primeira indagação?

DIREITO PROCESSUAL PENAL

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS:

Nesta prova, para cada questão apresenta-se um caso, em relação ao qual são propostas algumas perguntas.

1. Elabore sempre **respostas completas**, justificando adequadamente afirmações ou negações, de acordo com as perguntas feitas.
2. **Fundamente todas as afirmações que fizer**, demonstrando o domínio de conhecimentos em relação à Doutrina Processual Penal.
3. Cite todas as fontes legais, com base no Código de Processo Penal e legislação complementar vigentes, **identificando-as** devidamente.

QUESTÕES

06. Surpreendida asfixiando seu filho nascido uma hora antes, a jovem NA exibia visível perturbação psíquica, decorrente do parto, a ponto de não oferecer qualquer resistência à voz de prisão pronunciada pelo segurança LD, no berçário do Hospital. Comunicada a Polícia, os inspetores PA e AP chegaram ao Hospital e tomaram ciência da morte do recém-nascido, provocada por NA, que foi conduzida à Delegacia de Polícia e apresentada à Autoridade Policial. O Delegado de Polícia constatou que NA estava completando 19 anos de idade naquele dia, trabalhava como balconista desde os 15 anos numa loja de tecidos da cidade, era solteira, residia com seus genitores - a quem ajudava financeiramente - e não registrava qualquer antecedente policial ou judicial que a desabonasse naquela comunidade.

- a) Qual ou quais as medidas de Polícia Judiciária a serem adotadas imediatamente?
- b) Qual ou quais os fundamentos jurídicos legais para a adoção dessas providências?
- c) Qual é a situação da acusada, no que se refere ao direito à liberdade? Por quê?
- d) Qual é o procedimento que o futuro processo penal deverá adotar na espécie? Por quê?

07. Em plena campanha pela reeleição, o Deputado Estadual VC ouviu alguns eleitores residentes em Serra Azul, que reclamaram contra a conduta pública do jovem TF, filho do Prefeito Municipal. Alegaram os reclamantes que TF, diariamente, reúne-se na praça central daquela comuna com outros jovens estudantes, todos maiores de dezoito anos, entre os quais o filho do Gerente do Banco do Brasil local, o filho do Coronel Comandante do Batalhão Policial Militar lá sediado, o enteado do Promotor de Justiça da Comarca e outros moços. No final da tarde, o grupo costuma dirigir-se a uma rodovia municipal onde promove disputas automobilísticas, competições não-autorizadas e "rachas", pondo em risco a vida e a integridade corporal dos próprios competidores e de eventuais usuários daquela via pública. No "racha" de 14 de março de 1998, o agora reclamante TD teve seu automóvel destruído naquela rodovia, em colisão provocada por TF e, no dia seguinte, os operários BX e CB quase foram atropelados no acostamento daquela via, em razão de manobra imprudente de TF. Conversando com TF, o parlamentar ouviu dele a seguinte ironia: " - O novo Código municipalizou a fiscalização de trânsito, e o meu pai é a máxima autoridade de trânsito em Serra Azul!". Por isso, o Deputado VC procurou a Autoridade Policial local.

- a) Qual ou quais as providências concretas que a Autoridade de Polícia Judiciária deverá adotar?
- b) Qual ou quais os motivos que justificam a adoção dessa(s) medida(s)?
- c) Qual é o pressuposto processual penal básico para a adoção dessa(s) providência(s)? Por quê?
- d) Na hipótese de processo judicial:
 - 1 - Poderá ser utilizado o procedimento processual penal previsto na Lei 9099/95? Por quê?
 - 2 - Cabe suspensão condicional do processo, em tese? Por quê?

08. No verão de 1997, o Inspetor de Polícia JB foi escolhido para reforçar o policiamento repressivo no litoral do Estado, sendo designado para a Delegacia de Polícia de Tramandaí. Alugou uma casa e transferiu sua família para aquela cidade. Certificando-se de que seus familiares haviam se adaptado em Tramandaí, para lá JB postulou remoção funcional, sendo atendido pela Chefia da Polícia Civil. Desejando comprar a casa de veraneio que locara, JB pôs à venda sua moradia em Triunfo, onde residira. Morando em Tramandaí, o engenheiro AP interessou-se pelo negócio, eis que trabalhava no Pólo Petroquímico. Ajustada a compra-e-venda, a transferência imobiliária foi registrada no Cartório de Registro de Imóveis de Triunfo, e o valor da transação foi pago à vista com um cheque da agência de Triunfo do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Levada a desconto, a cártula não possuía suficiente provisão de fundos em poder do sacado e, após diversas tentativas infrutíferas para localizar o comprador, JB apresentou *notitia criminis* perante a Autoridade Policial de Tramandaí.

- a) Qual ou quais as medidas a serem adotadas pelo Delegado de Polícia no exercício das funções de Polícia Judiciária?
- b) O que justifica a adoção dessa(s) medida(s)?
- c) Quais os fundamentos, jurídicos e legais, dessa(s) providência(s)?
- d) Qual é a prova acusatória mais importante no conjunto de fatos relatado acima? Por quê?

09. O Delegado de Polícia de Canela instaurou inquérito policial e indiciou ABC pela prática de homicídio doloso na forma tentada porque, após acirrada discussão conjugal, tomou o revólver de brinquedo do filho e investiu contra sua cônica MGC, empunhando tal objeto. A mulher correu para o dormitório do casal, chaveou a porta de acesso e ouviu ABC esbravejar durante várias horas até que, iniciado o jogo do Brasil na Copa, fez-se silêncio na moradia. Instaurado o feito policial, o Advogado de ABC impetrou *habeas corpus* e o Juiz de Direito de Canela, CAO, concedeu a ordem para o trancamento daquele inquérito policial; o quanto foi integralmente confirmado em grau recursal pela Superior Instância, apesar dos esforços dos órgãos do Ministério Público que atuaram na causa.

Face a desentendimentos profissionais com a cúpula do Poder Judiciário, dois anos depois, CAO decidiu renunciar à Magistratura e, por concurso público de provas e títulos, ingressou na Polícia Judiciária como Delegado de Polícia e foi designado para a Delegacia de Polícia de Canela. Alguns meses após assumir a nova função pública, CAO deparou-se com o registro de ocorrência policial que noticiava o seguinte fato: "No dia 10 de julho de 1997, às 20 horas, na Rua Dona Carlinda, nesta cidade, o indivíduo ABC tomou o táxi de RT com destino ao Bairro Saiquí e, na saída da cidade, encostou um revólver na nuca do motorista do táxi, disse que era um assalto e ordenou-lhe que passasse a férias; o assalto não foi consumado porque, nervoso, o motorista do táxi desgovernou o veículo, que chocou-se num poste. Detido por populares, a pedido do motorista do táxi, ficou comprovado que ABC utilizara um revólver de brinquedo de seu filho para a ação e, nessa Delegacia de Polícia, o mesmo foi liberado".

- a) Quais os fundamentos jurídico-penais da decisão judicial de trancamento da *persecutio criminalis* instaurada contra ABC, em relação aos fatos envolvendo sua cônjuge?
- b) No exercício das atribuições de Polícia Judiciária qual(is) a(s) atitude(s) a ser(em) tomada(s) quanto aos fatos relacionados com o motorista do táxi?
- c) Quais são os fundamentos jurídicos e legais dessa decisão funcional?
- d) Na hipótese de ABC impetrar novo *habeas corpus*, baseado no emprego de revólver de brinquedo, agora em relação aos fatos envolvendo o motorista do táxi, quais serão os fundamentos que o atual Delegado de Polícia de Canela deverá utilizar ao prestar as informações requisitadas pela Autoridade Judiciária?

10. O colaborador policial EHT compareceu à Delegacia de Polícia de Passo Fundo para informar a Autoridade Policial de que, proveniente do Paraná, chegaria na cidade, na madrugada de 10 de dezembro de 1989, volumoso carregamento de *cannabis sativa* via rodoviária, a fim de ser distribuído aos traficantes locais, para comércio naquela região. Alertado por essas informações, o Delegado de Polícia desenvolveu intensas investigações pertinentes e montou rígido dispositivo policial para surpreender e prender os envolvidos, por ocasião da distribuição da droga em Passo Fundo. Na data mencionada, tripulando três automóveis, os transportadores da maconha foram interceptados pela barreira policial montada no começo da Avenida Brasil. De imediato, abandonaram os veículos e fugiram do local. A perseguição policial resultou inexitosa; todavia, a Polícia apreendeu 230 quilos de maconha, quatro pistolas calibre 7.65 mm, dois mil dólares americanos, documentos de identificação pessoal dos quatro indivíduos, objetos pessoais diversos e três automóveis importados. Identificados, ficou constatado que os quatro indivíduos são vadios e não possuem residência fixa, portando antecedentes policiais e judiciais no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo e no Mato Grosso do Sul, para onde teriam seguido após a fuga, segundo o informante EHT deu ciência ao novo Delegado de Polícia de Passo Fundo, que constatou estar paralisado o respectivo Inquérito Policial instaurado.

- a) Sob o panorama jurídico e legal, a ação policial relativa à tentativa de flagrante desenvolvida pelo Delegado de Polícia de Passo Fundo é legítima? Por quê?
- b) No exercício da função de Polícia Judiciária, quais as medidas que deverão ser adotadas na atualidade?
- c) Quais os fundamentos jurídicos e legais para a adoção dessas providências?
- d) O que deverá ser feito com os objetos apreendidos que se encontram no Depósito Público de Passo Fundo? Por quê?



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL

CONCURSO PÚBLICO
PARA INGRESSO NA CARREIRA DE

DELEGADO DE POLÍCIA

EDITAL Nº 001/1998

SEGUNDA ETAPA - PROVA DISSERTATIVA

07 de junho de 1998

MATÉRIA	QUESTÕES
DIREITO ADMINISTRATIVO	11 a 15
DIREITO CONSTITUCIONAL	16 a 20

Órgão Executor

F A U R G S

Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Nº de Inscrição

Nome do Candidato

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA SEGURANÇA
POLÍCIA CIVIL
ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL**

**CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE
DELEGADO DE POLÍCIA
EDITAL Nº 001/1998**

**INSTRUÇÕES GERAIS SOBRE A PROVA DA
SEGUNDA ETAPA**

1. Este caderno consta de dez questões dissertativas, assim distribuídas: **Direito Administrativo** - cinco questões e **Direito Constitucional** - cinco questões.
2. Caso este Caderno de Questões esteja incompleto ou apresente qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua.
3. Nesta prova somente será permitida a consulta a **textos de lei, não comentados e não anotados**. Não se considera legislação comentada ou anotada a que trouxer súmulas de jurisprudência ou simples remissão a outros textos de lei.
4. Não será permitida a consulta a outros tipos de livros, notas ou apontamentos, nem o uso de réguas, calculadoras, telefones celulares, "pagers", ou qualquer outro equipamento eletrônico.
5. Para cada matéria existe um **Caderno de Respostas específico**. Escreva suas respostas nos locais apropriados. Caso necessário, solicite folha(s) adicional(is) da(s) respectiva(s) matéria(s) a um dos fiscais de sala, identificando claramente o número da questão a que se refere(m).
6. **Não assine, não rubrique, não escreva seu nome nem faça marca ou sinal identificador em qualquer local das folhas destinadas às respostas das questões, sob pena de ter sua prova anulada.**
7. Escreva suas respostas com o máximo de **objetividade e clareza**, observando a correção ortográfica e gramatical.
8. Durante a prova, não se levante, sem autorização prévia do fiscal de sala, nem comunique-se com outros(as) candidatos(as).
9. A duração da prova é de quatro (04) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento dos Cadernos de Respostas. Encerrado este prazo, os Cadernos de Respostas serão imediatamente recolhidos.
10. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções implicará a anulação de sua prova.
11. Após o último candidato da sala entregar a prova, as mesmas serão separadas por matéria e lacradas, na presença deste candidato e dos que ficarem para assistir. A desidentificação pública terá lugar no Auditório desta Escola, hoje, dia 07 de junho de 1998, às 14h.

DIREITO ADMINISTRATIVO

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS:

1. Elabore sempre **respostas completas**, justificando adequadamente afirmações ou negações, de acordo com as perguntas feitas.
2. **Fundamente todas as afirmações que fizer**, demonstrando o domínio de conhecimentos em relação à doutrina, à legislação e à jurisprudência.
3. Ao citar textos legais, **identifique-os** devidamente.

QUESTÕES

11. O Diretor-Geral da Secretaria da Justiça e da Segurança decide promover a substituição das telhas do prédio onde funciona a Secretaria. Quando da licitação, é executado o certame através da modalidade tomada de preços, considerando que o valor estimado para a obra é inferior àquele previsto legalmente, como mínimo, para a sua realização na modalidade concorrência. Licitada e contratada a obra, e iniciada sua execução, constata-se que o madeiramento de sustentação do telhado está podre e deve ser imediatamente substituído. É, então, feita a contratação da obra de substituição do madeiramento, com dispensa de licitação, conforme disposto no artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93. Somados os valores das duas obras, excede-se o mínimo exigido em lei para realização da licitação na modalidade concorrência.

Pergunta-se: Essa é uma hipótese de fracionamento da obra, nos termos do disposto no artigo 23, § 5º da Lei nº 8.666/93? Por quê?

12. Analise, hipoteticamente, os casos em que a eficácia dos atos administrativos concessivos de vantagens depende de requerimento do servidor, bem como os casos em que as vantagens devem ser pagas automaticamente pela Administração. Informe os princípios orientadores de uma e outra situação.

13. Quais são os requisitos de natureza formal exigidos para a concessão de uso de um bem público?

14. Conceitue Poderes Administrativos, explicitando, especialmente, o significado dos três tipos de poderes: o vinculado, o discricionário e o disciplinar.

15. Que é Controle Administrativo e quais são os principais Recursos Administrativos? Quais os efeitos da denominada "Coisa Julgada Administrativa"?

DIREITO CONSTITUCIONAL

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS:

1. Elabore sempre **respostas completas**, justificando adequadamente afirmações ou negações, de acordo com as perguntas feitas.
2. **Fundamente todas as afirmações que fizer**, demonstrando o domínio de conhecimentos em relação à doutrina, à legislação constitucional e infra-constitucional pertinente, à jurisprudência, aos regimentos do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e o comum.
3. Ao citar textos legais, **identifique-os** devidamente.

QUESTÕES

16. A doutrina classifica os instrumentos de **controle judicial de constitucionalidade**, no ordenamento brasileiro, em **duas** vias ou modalidades. Descrever as duas, indicando no mínimo **quatro características** ou traços que as distinguem.
17. Quanto ao **processo legislativo** previsto na Seção VIII, do Título IV, da Constituição, pergunta-se:
 - a) há alguma hierarquia jurídica entre os instrumentos ordenados no Art. 59, em uma seqüência de sete incisos?
 - b) há casos em que lei ordinária pode alterar, total ou parcialmente, lei complementar?
18. No tocante à **repartição de competência** entre os entes federativos, estabelecida na Constituição, pergunta-se: os Municípios têm competência em matéria de **policimento** para preservação da ordem e da incolumidade das pessoas e do patrimônio?
19. A partir dos termos do Art. 5º, inciso XIII, da Constituição, responda:
 - a) inexistindo lei regulamentadora da profissão, a atividade em questão pode ser exercida?
 - b) há diferença entre a **função** atribuída à lei de que trata o Art. 5º, inciso XIII, e a **função** atribuída à lei para a defesa do consumidor, de que trata o Art. 5º, inciso XXXII, da Constituição?
 - c) há diferença de natureza ou de estrutura entre o **direito** declarado no Art. 5º, inciso XIII, e o **direito** referido no Art. 196 da Constituição?
20. Existe alguma relação, na Constituição, entre **nacionalidade e direitos políticos**? Nessa matéria, poder-se-ia formular um princípio?